

CAPACITISMO, EUGENIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR: COMO ENTENDER ESSA RELAÇÃO?

ABLEISM, EUGENICS AND HIGHER EDUCATION: HOW TO UNDERSTAND THIS RELATIONSHIP?

Andreza Vidal Bezerra

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Jenipher Alyssa de Lima Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Flavia Roldan Viana

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: A educação é um direito humano fundamental e assegurado no marco regulatório brasileiro. Porém, quando nos debruçamos nos estudos sobre a educação especial numa perspectiva inclusiva, percebe-se que, para o público-alvo da educação especial, o acesso, a permanência, a participação e aprendizagem, parece estar longe de alcançar o que propõe as diretrizes nacionais e declarações internacionais que discorrem sobre a temática. Neste sentido, objetivamos, através deste artigo, discutir capacitismo e eugenia e suas possíveis implicações na educação superior brasileira, tomando como base as vozes das próprias pessoas com deficiência, a partir de um recorte das falas presentes em publicações contidas em periódico de alto impacto que discute os estudos sobre a deficiência. Após uma cuidadosa análise dos discursos contidos nos artigos identificados, concluímos com o presente estudo, que o capacitismo e a eugenia guardam uma relação direta, corroborando numa série de entraves nos mais variados ambientes da sociedade, inclusive acadêmicos.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação Superior; Eugenia; Capacitismo.

Abstract: Education is a fundamental human right guaranteed in the Brazilian regulatory framework. However, when we look at studies on special education from an inclusive perspective, we realize that, for the target audience of special education, access, permanence, participation and learning seem to be far from achieving what is proposed in national guidelines and international declarations on the subject. With this in mind, the aim of this article is to discuss ableism and eugenics and their possible implications for Brazilian higher education, based on the voices of people with disabilities themselves, from a selection of speeches in publications in a high-impact journal that discusses disability studies. After a careful analysis of the discourses contained in the articles identified, we concluded with this study that ableism and eugenics have a direct relationship, corroborating in a series of obstacles in the most varied environments of society, including academia.

Keywords: Special education; Higher education; Eugenics; Ableism.

INTRODUÇÃO

A presença da pessoa com deficiência na Educação Superior brasileira em igualdade de condições e oportunidades é estabelecida como um direito fundamental pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI), com base em preceitos constitucionais. Contudo, contrariando o postulado da referida Lei, é possível identificar práticas capacitistas e por conseguinte excludentes, a despeito da ampliação de acesso nesse nível de ensino

Mas afinal, o que é capacitismo e como pode se expressar na educação superior? Em linhas gerais, é um tipo de preconceito, a partir do qual entende-se que, em virtude da configuração de seus corpos e suposta ausência de habilidades, as pessoas com deficiência são consideradas menos capazes de realizar algumas atividades, a exemplo de ingressar, participar, aprender, contribuir intelectualmente no ambiente acadêmico, como também, concluir algum curso de nível superior (Mello, 2016; Di Marco, 2021). A associação da deficiência à incapacidade, ao nosso ver, contribui fortemente para uma exclusão educacional, comprometendo o acesso, a permanência, a aprendizagem e a participação desse público na educação superior.

Haveria alguma relação entre capacitismo e eugenia? A respeito da compreensão da eugenia, é possível afirmar que foi um movimento científico e social com início no século XIX, o qual preocupava-se com as questões biológicas, notadamente quanto à transmissão hereditária de características desejáveis no ser humano. Portanto, os estudos sobre a hereditariedade foram desenvolvidos no intuito de comprovar cientificamente de que os traços humanos considerados superiores poderiam contribuir para o melhoramento da espécie humana. A ideia era evitar a reprodução descontrolada de pessoas ditas “inferiores”, representando uma ameaça à espécie humana (Janz Jr, 2011; Lima, Ferreira, Lopes, 2020; Silva, 2014).

Para Bauman (1999) a perspectiva de “melhoramento biológico” da espécie humana via eugenia pode ser constatado em muitas publicações científicas no pré-segunda guerra mundial, as quais defendiam a necessidade de cortar gastos com atendimento a pessoas com deficiência propondo ações que desaguardam, a posteriori, no genocídio deste e de outros grupos considerados biologicamente inferiores.

As ideias eugenistas espalharam-se em todo o mundo com motivação de impedir a reprodução de pessoas consideradas biologicamente “anormais”, adotando

práticas de esterilização compulsória de pessoas “degeneradas”, inclusive pessoas com deficiência. A perspectiva eugenista enfatizou atitudes estigmatizantes e capacitistas, as quais até hoje afetam diariamente a vida da pessoa com deficiência em todas as áreas, inclusive no que se refere seu acesso a sistemas educacionais em geral, e a Educação Superior, em particular.

O presente estudo objetiva discutir capacitismo e eugenia e suas possíveis implicações na educação superior brasileira, tomando como base as vozes das próprias pessoas com deficiência, a partir de um recorte das falas presentes em publicações contidas em periódico de alto impacto que discute os estudos sobre a deficiência.

Este artigo será organizado da seguinte maneira: no primeiro momento discutiremos os conceitos de Capacitismo, Eugenia e a sua relação com a pessoa com deficiência, bem como, os entraves e avanços no tocante a presença da pessoa com deficiência na Educação Superior brasileira. Na seção seguinte, discorreremos sobre o percurso metodológico para a realização da presente pesquisa, seguido da análise e discussão dos resultados, culminando com algumas considerações das autoras acerca das revelações resultantes do estudo.

CAPACITISMO E EUGENIA: CONCEITOS E REFLEXÕES

Nesta seção nos propomos a apresentar uma elucidação dos conceitos chave que norteiam a presente pesquisa, Capacitismo e Eugenia, além de realizar uma articulação entre eles.

Capacitismo

Nos últimos anos o conceito de Capacitismo vem ganhando maior visibilidade nos estudos sobre a deficiência no Brasil, porém consideramos que os debates a respeito da temática ainda se apresentam de maneira incipiente nos diversos espaços acadêmicos e sociais, os quais não tem como foco discutir os processos de inclusão do público-alvo da educação especial.

Este termo, Capacitismo, é utilizado com a finalidade de explorar, e, além disso, revelar práticas de preconceito e discriminação para com as pessoas com algum tipo de deficiência (Farias, 2017). As atitudes capacitistas ocorrem principalmente pela falta de conhecimento das reais potencialidades das pessoas com deficiência, causando um sentimento de estranhamento ao vê-las realizando atividades consideradas simples no cotidiano de pessoas sem deficiência.

A partir dos estudos de Andrade (2015) podemos identificar atitudes capacitistas por meio de dois estereótipos, o herói de superação e o coitadinho. Perceber a pessoa com deficiência como um herói de superação decorre principalmente do acúmulo das desvantagens sociais experienciadas em comparação com o que é de fato ofertado em termos de inclusão e acessibilidade para que pessoas com algum tipo de deficiência tenham suas funcionalidades atingidas.

A partir dessa desvantagem social, ao testemunharmos uma pessoa com deficiência superando diversos obstáculos e desfrutando de uma vida funcional, tendemos a colocá-la em um lugar de extraordinariedade. Em outras palavras, a mesma sociedade que não favorece a acessibilidade e cria inúmeras barreiras é a que se surpreende com as conquistas de uma pessoa com deficiência (Bezerra, Farias, Magalhães, 2023).

Tal fato corrobora com o mito de que a pessoa com deficiência deve se conformar que a sociedade não é um lugar pensado para ela, sendo necessário utilizar-se de um esforço sobre-humano em comparação com as pessoas sem deficiência, para conquistar o que almeja.

Em contrapartida ao herói de superação, existe também o estereótipo do coitadinho, o qual concebe a pessoa com deficiência a representação de inocência e pureza inexistentes em quaisquer seres humanos, a partir deste prisma “gente com deficiência não rouba, não transa, não trai, não mente, são anjos que precisam ter sua candura preservada” (Andrade, 2015, S/P).

Tal relação, oposição binária, foi referida, também, por Pessotti (1984) o qual evidenciou que no decorrer da história da humanidade pessoas com deficiência tem o status marcado por uma noção generalizada de imperfeição corporal, a qual denotaria ausência de habilidades e capacidades devidas a deficiência *per si*.

Consideramos que os preconceitos e processos de estigmatização relacionados à deficiência não nasceram com base no modelo biomédico. Lembramos que antes das explicações de cunho biológico a deficiência era explicada a partir de bases míticas e religiosas, as quais justificaram o extermínio ou o abandono em instituições de pessoas com deficiência.

Estas concepções equivocadas a respeito das pessoas com deficiência, carregam consigo inúmeras problemáticas, como por exemplo a infundada idealização de que, em razão de um corpo biologicamente fora dos padrões corponormativos, tais pessoas não necessitam ser contempladas por direitos comuns as pessoas sem deficiência, como o acesso a moradia, educação, esporte, lazer, entre outros direitos fundamentais para uma vida digna, em condições equânimes. Torna-se comum ainda, que, pessoas com deficiência sejam pouco ouvidas, sendo-lhes continuamente negado o direito de participação em diversos espaços sociais.

Vale ressaltar ainda que um dos principais complicadores no processo de minimização do capacitismo e seus efeitos diz respeito à falta de conhecimento sobre a temática.

O capacitismo está presente em situações sutis e subliminares, acionado pela repetição de um senso comum que imediatamente liga a imagem da pessoa com deficiência a alguma das variações dos estigmas construídos socialmente, aos quais se está habituado e, por isso, tendem a não serem percebidos e questionados. (Vendramin, 2019, p. 07).

As pessoas com deficiência, sobretudo, aquelas que possuem marcas aparentes em seus corpos, revelam para a sociedade um indivíduo que diverge dos padrões corporais idealizados como sinônimo de beleza, eficiência e produtividade. As diferenças dessa natureza são historicamente significadas de forma negativa, sendo associadas à ineficiência e falta de potencial. Nasce um processo de estigmatização evidenciando um sentimento de estranheza em relação ao outro, o que acaba por reforçar uma imagem estereotipada e degradante do indivíduo que não atende plenamente às expectativas sociais estabelecidas (Santos e Magalhães, 2019).

É comum pessoas com deficiência ouvirem frases do tipo “ele é deficiente, mas parece uma pessoa normal”, em geral, isso ocorre porque o atributo estigmatizado acaba ocupando uma posição de destaque em relação a outras características desses

indivíduos, razão pela qual muitas pessoas com deficiência acabam sendo reduzidas pela sociedade à deficiência, quando interpretam essa condição de vida como sinônimo de incapacidade.

No que se refere a inclusão na Educação Superior, pesquisas tais como as de Sousa e Lima (2023) e Araújo (2023), ressaltam o capacitismo implícito ou explícito no contexto universitário. Amorim e Fumes (2023, p. 606) asseveram em sua investigação que:

As falas dos participantes evidenciam um o contexto universitário que tem como pano de fundo uma educação focada em competências e esforço individual, como consequência os universitários com deficiência, além de precisar superar essa estrutura meritocrática e excludente, precisam lutar pelo básico da vida, que é ser tratado como “ser humano” e “ser visível”

Sabendo desta persistência de práticas capacitistas perpetuadas pelo senso comum, consideremos coerente além de um mero entendimento a respeito do conceito e suas nuances, necessário atuarmos no enfrentamento de tais práticas que colocam em xeque a capacidade das pessoas em razão da deficiência.

Eugenia

As concepções e imagens socialmente construídas das pessoas com deficiência ao longo da história da humanidade tendem a inferiorizá-las. Os mitos e superstições das causas da deficiência e de suas possíveis influências em condutas permeiam o imaginário social, tornando incerta e conflituosa a relação entre “normais” e “pessoas com deficiência”. Neste sentido trata-se de um “outro” (pessoa com deficiência) que a partir do modelo biomédico passa a ser escrutinado, classificado. Assim, de um lado um discurso científico/médico sobre a questão da deficiência se organiza e propõe formas de reabilitação, e por outro lado, enfatiza fatores congênitos, constitucionais e perfis clínicos estáveis.

A base biomédica acerca da explicação da deficiência pode ser associada aos discursos eugenistas, como afirma Bauman (1999), no começo do século XX, a

perspectiva de controlar cientificamente a espécie humana foi debatida de forma séria não somente nos círculos de biólogos e médicos, mas, também, entre psicólogos, políticos, sociólogos. A condição de deficiência era tratada pela eugenia como um fenômeno a ser extirpado pela programação genética, o que levou a esterilização compulsória de homens e mulheres com deficiência.

Com respaldo nos estudos de Charles Darwin (2003) sobre a evolução das espécies, o inglês Francis Galton desenvolveu suas pesquisas com foco na hereditariedade humana, preocupando-se com as questões biológicas associadas à ideia de que determinadas características humanas e mentais herdadas de descendentes iriam contribuir para o melhoramento da raça humana. Em outras palavras, as pessoas fisicamente e intelectualmente “melhores” poderiam se reproduzir, enquanto as outras não, uma vez que estas poderiam favorecer a reprodução desequilibrada de “pessoas geneticamente doentes” ou “pessoas menos aptas”. A partir disso, no final do século XIX, dando cientificidade à sua pesquisa, idealizou o termo Eugenia, que significa “bem-nascido”, com a intenção de melhorar as qualidades inatas da raça humana (Lima, 2015; Diwan, 2020).

A noção de inferioridade e superioridade de seres humanos foi se exacerbando à medida que a eugenia ganhou validade com as teorias de Mendel que tratavam dos mecanismos “passíveis” de manipulação da hereditariedade (Silva, 2014).

A eugenia foi um alicerce para o estabelecimento de políticas racistas que visavam estimular práticas de esterilização compulsória, como também de assassinato de pessoas pobres e, principalmente, negras com o intuito de evitar a miscigenação humana, o que seria um entrave para o processo de homogeneização da população local sob o domínio de pessoas loiras tipos nórdicas, de olhos azuis (Dias, 2013; Diwan, 2020).

As ideias eugênicas se estenderam não somente nos outros países da Europa, mas também nos Estados Unidos, onde passaram a orientar pioneiramente as políticas racialistas de interdição dos anormais (Silva, 2014).

Na década de 1920 a política nazista alemã passou a aplicar o modelo eugênico norte-americano ao adotar medidas eugênicas de esterilização forçada de pessoas consideradas por ela inferiores na Alemanha. A exemplo, Dias (2013) cita a criação da lei de prevenção contra a “prole geneticamente doente” a qual estipulava que pessoas

com certas condições tidas como congênitas (retardo, esquizofrenia, bipolaridade, transtorno maníaco-depressivo, epilepsia, doença de Huntington, cegueira, surdez ou deformidade física grave) fossem dirigidas a um processo de esterilização, sendo registrado mais de 400 mil pessoas esterilizadas no país. Ademais, o programa nazista Aktion T-4 também cometeu um crime hediondo, como o genocídio de pessoas com deficiência.

Bauman (1999) a este respeito assevera que o genocídio judeu e de outros grupos na Alemanha nazista foi um prolongamento de ideias sócio-biológicas e de doutrinas eugênicas, as quais ampararam um plano de homogeneização da população

No Brasil os princípios eugênicos também foram discutidos, inicialmente nas obras de Renato Kehl, mas com contornos diferentes, tendo em vista que a população brasileira era bastante miscigenada. O referido autor foi um dos principais representantes do movimento eugênico brasileiro no início do século XX e, preocupado com a herança genética desta população, orientava a intervenção eugênica com o objetivo de impedir a reprodução de pessoas “anormais”. Segundo Lima, Ferreira e Lopes (2020, p.168), o mesmo concordava com “(...) o incentivo às uniões de pessoas consideradas de boa estirpe, com a intencionalidade de gerar boas proles e assim, garantir a raça brasileira”.

Outro ponto importante a ser destacado é a adoção dos princípios eugênicos na educação brasileira, pois Kehl acreditava que a inteligência, o talento, a vocação, bem como as características degeneradas, eram transmitidas dos pais para os filhos, por meios biológicos (Diwan, 2020). Portanto, o ensino, a educação e a instrução somente teriam êxito se dirigidos a estudantes geneticamente superiores em termos eugênicos (Stancik, 2003). Contudo, os que não se enquadraram no padrão idealizado eram considerados como doentes e degenerados e o seu lugar de atendimento seriam as instituições hospitalares, os asilos, o isolamento domiciliar, entre outras possibilidades para segregá-los (Lima, Ferreira e Lopes, 2020).

O modelo biomédico acerca da deficiência segue preponderante no século XX¹. Lima (2021, p.8) destaca:

¹ Do ponto de vista biomédico, a deficiência é uma doença ou anormal que precisava ser “curada” ou “corrigida” por meio da reabilitação da anormalidade como um meio de integrar socialmente a pessoa

O aporte das ideias de Francis Galton no Brasil foi determinante nos caminhos que estabeleceram a Educação Especial, pois os mentores da eugenia arregimentaram muitos adeptos na comunidade científica brasileira em favor de uma agenda que investiu sobre os propósitos da Educação em suas etapas de regulamentação. Como exemplo, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBENs) de 1961 e 1971 consolidaram o termo para designar esses sujeitos da educação; o termo, por sua vez, ficou reservado para os tutelados ou internados em instituições de saúde.

Historicamente, as pessoas vistas como anormais ou menos educáveis frequentavam instituições separadas em classes ou estabelecimentos especiais, cuja finalidade, por vezes, era aproximar crianças e adolescentes com deficiência a um padrão considerado de desenvolvimento, de comportamento e de inserção na cultura, o que demonstra ser um exemplo de prática excludente e capacitista. Resumidamente, a história da educação de pessoas com deficiência é marcada pela segregação em instituições médicas ou instituições educacionais, integração escolar e, nos dias atuais, pela inclusão de pessoas com deficiência no âmbito social e educacional (Lima, Ferreira e Lopes, 2020; Magalhães, Guerra e Silva, 2021; Lima 2021).

As práticas discriminatórias e capacitistas contra pessoas com deficiência ainda frequentes na atualidade podem ser associadas à influência da eugenia no Brasil, principalmente em áreas como a educação, onde essas pessoas eram submetidas a avaliações com base em escalas de inteligência e de desenvolvimento, o que oportunizou à segregação delas nas instituições educacionais segregadas.

Tal perspectiva evidencia a relação entre capacitismo e eugenia, pois a mesma idealiza um padrão do ser humano com características físicas, mentais e morais ditas superiores e normais, o que os tornam mais capazes e hábeis à atividade humana. Contudo, além de idealizar padrões corporais homogêneos a perspectiva da eugenia propunha que pessoas com deficiência deveriam ser esterilizadas, o branqueamento da população brasileira, bem como livrar o país de pessoas com deformações físicas ou psicológicas (Diwan, 2020).

com deficiência, ancorando-se na crença de que o corpo com lesão e as barreiras enfrentadas são problemas individuais da pessoa com deficiência e não do problema social.

O termo “Eugenia” caiu em desuso e, mesmo com avanços significativos em termos legais, sociais e educacionais no que tange à inclusão das pessoas com deficiência, é notório que há uma marca da eugenia que ainda perdura em diversos espaços, notadamente na educação, na saúde e no social.

Neste sentido, a perspectiva biomédica termina por estimular crenças sobre as pessoas com deficiência que estimulam atitudes capacitistas que observamos diariamente.

PERCURSO METODOLÓGICO

Investigar os entraves experienciados por pessoas com deficiência na Educação Superior verifica-se como um ato de suma importância, tendo em vista que “[...] um grande desafio que se coloca para essas instituições é implementar políticas e práticas que promovam a inclusão de pessoas com deficiência.” (Antunes; Amorim, 2020, p. 1468).

O presente estudo adotou como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2008, p.50), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Esse tipo de pesquisa proporciona ao pesquisador uma série de informações mais ampla, principalmente quando o problema de pesquisa requer dados dispersos pelo espaço (Gil, 2008), como também facilita a realização de consultas das contribuições de diversos autores nas fontes, cuja finalidade é dar embasamento à discussão acerca do tema de interesse.

O objetivo foi realizar um levantamento de artigos já publicados naquele que é o maior periódico sobre educação especial brasileira na atualidade, a Revista Brasileira de Educação Especial, criada em 1994. Tal revista está ligada à Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE) e possui avaliação Qualis 1 pela Capes.

Foram selecionados artigos publicados entre 2016-2022, tal recorte temporal foi escolhido em razão da promulgação da LBI ter ocorrido em 2015, trata-se da lei mais completa no que se refere à inclusão de pessoas com deficiência.

Com a finalidade de realizar um delineamento para uma busca mais efetiva dos artigos, utilizamos os seguintes descritores: Eugenia, Capacitismo, Ensino Superior, História oral, História de vida e Autobiografia.

A partir dos critérios de busca supracitados foi possível identificar 18 artigos, porém utilizaremos apenas 2 das produções encontradas, escolhidas por conterem falas explícitas dos discentes com deficiência, objeto de investigação deste artigo, a saber:

Quadro 1 - Relação dos artigos selecionados para compor o *corpus* da pesquisa.

Revista Brasileira de Educação Especial		
Autor	Título	Ano
Bonfim, Mól e Pinheiro	A (In)Visibilidade de Pessoas com Deficiência Visual nas Ciências Exatas e Naturais: Percepções e Perspectivas	2021
Guimarães, Borges e Petten	Trajetórias de Alunos com Deficiência e as Políticas de Educação Inclusiva: da Educação Básica ao Ensino Superior.	2021

A seguir, apresentaremos a discussão e análise dos dados obtidos por meio das pesquisas destacadas acima, à luz do referencial teórico dos estudos da deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, consideramos importante destacar que para a oferta de uma educação de qualidade em todos os níveis de ensino, faz-se necessário além da legislação, uma mudança na mentalidade social, processo fundamental para que barreiras, sejam elas de ordem arquitetônica, atitudinal, comunicacional, entre outras, tão presentes nos mais diversos espaços acadêmicos, sejam removidas, tendo em vista que estes entraves resultam em impedimentos para as pessoas com deficiência.

Tal entendimento está fundamentado no modelo social da deficiência, a partir do qual fica explícito que a deficiência não está presente no corpo com lesão, mas é gerada a partir da relação com a sociedade que, por sua vez, não está preparada para

atender as especificidades desses sujeitos, em virtude de uma cultura da normalidade (Diniz, 2007).

Esta premissa é reafirmada na Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de acordo com a qual:

Quanto mais a pessoa com deficiência estiver num ambiente que lhe restrinja a mobilidade, a comunicação, o acesso à informação e aos bens sociais para uma vida plena e autônoma, mais vai encontrar-se numa situação de desvantagem. Se revertermos o cenário, representando-o como mais favorável às realizações da pessoa com deficiência, a desvantagem que experimenta modifica-se, relativizando, portanto, a condição de incapacidade com a qual a desvantagem é confundida. (ONU, 2006, p.29)

Dentre as conquistas em busca da garantia de direitos essenciais a uma vida digna para as pessoas com deficiência, está a luta pelo acesso à educação, que, no contexto da Educação Superior é assegurado na LBI nº 13.146 em seu Art. 27, quando declara que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (Brasil, 2015).

Porém, ao analisar os estudos a respeito da inclusão de estudantes com deficiência nessa etapa de ensino, nota-se que, apesar do respaldo legal, as universidades ainda sentem uma dificuldade nos processos que envolvem a permanência, participação, aprendizagem e conclusão do curso desses educandos (Silva, 2018; Sales; Torres, 2022; Meneses; Galasso, 2022; Amorim e Fumes, 2023).

Nesse sentido, tendo em vista as discussões conceituais acerca do capacitismo e da eugenia apresentadas ao longo do texto, propomo-nos sondar se há pontos convergentes entre os conceitos abordados no contexto da educação superior com base nos relatos dos estudantes com deficiência os quais estão contidos nos artigos selecionados.

O primeiro estudo de Bonfim, Mól e Pinheiro (2021) evidencia as perspectivas de estudantes com deficiência visual quanto à (in)visibilidade que permeia os cursos de Ciências Exatas e Naturais para tais estudantes; os dados foram coletados através de entrevistas com oito participantes. Foi utilizado, ainda, como instrumento da pesquisa um questionário previamente elaborado, envolvendo três temas, sendo eles: o perfil dos participantes, a vivência no Ensino Superior e a ausência de pessoas com deficiência visual nas Ciências Exatas e Naturais.

Mediante dados coletados, constata-se que o acesso da pessoa com deficiência e a universidade são duas peças fundamentais que não se intercalam no imaginário social, conforme relata a depoente Hellen:

O professor não aceita a presença de pessoas com deficiência visual em determinados cursos, especialmente em determinados cursos nas áreas de exatas e engenharias, e uma quantidade surpreendente de pessoas [...] não esconde muito bem essa opinião (Relato extraído da pesquisa de Bonfim, Mól e Pinheiro, 2021, p. 592).

A partir desta fala, é possível perceber que há uma ideia de incapacidade diretamente relacionada à pessoa em razão da deficiência, levando ao entendimento de que, alguns ambientes da universidade não lhes pertencem, o que, ao nosso ver, caracteriza-se como uma atitude capacitista.

As ideias eugenistas estão conectadas a um impedimento de procriação de pessoas que não se adequam ao protótipo social de normalidade; o personagem do relato (o professor) exclui deliberadamente o indivíduo com deficiência por crer que a sua condição possa não atender as demandas “custosas” do curso, além de “dobrar” o trabalho do professor para que seja mais inclusivo.

Diante disso, salientamos que, negar aos estudantes com deficiência ambientes acessíveis também se caracteriza como um ato capacitista, esse contexto implica na constatação de um imaginário social que parece compreender que a universidade não deveria ser acessível por não ser um ambiente para pessoas com deficiência. Assim, como assevera Silva (2006, p.426)

A deficiência inscreve no próprio corpo do indivíduo seu caráter particular. O corpo deficiente é insuficiente para uma sociedade que demanda dele o uso intensivo que leva ao desgaste físico, resultado do trabalho subserviente; ou para a construção de uma corporeidade que objetiva meramente o controle e a correção, em função de uma estética corporal hegemônica, com interesses econômicos, cuja matéria-prima/corpo é comparável a qualquer mercadoria que gera lucro. A estrutura funcional da sociedade demanda pessoas fortes, que tenham um corpo "saudável", que sejam eficientes para competir no mercado de trabalho. O corpo fora de ordem, a sensibilidade dos fracos, é um obstáculo para a produção. Os considerados fortes sentem-se ameaçados pela lembrança da fragilidade, factível, conquanto se é humano.

A cultura da normalidade e, conseqüentemente, o capacitismo prevalece sobremaneira no meio universitário, a ponto dos estudantes com deficiência duvidarem de suas potencialidades, interferindo diretamente na sua participação e aprendizagem, o que, por vezes, acarreta, na evasão acadêmica.

Nesse sentido, observa-se que, quando tais estudantes compreendem que a solução não é o abandono acadêmico, sentem a necessidade de fazer um esforço sobrehumano, ou seja, empenhar-se além do que deveria ser o necessário, para que consigam alcançar o seu propósito, e, com isso, a comunidade universitária perceba sua real capacidade. Assim, observa-se que, apesar de muitos direitos conquistados, pessoas com deficiência continuam com um status inferiorizado quando comparados aos pares de mesma idade e nível de ensino.

Um dos participantes da investigação, Gabriel frisa:

Os deficientes [sic] não são estimulados a atuar na área de exatas. Por exemplo, eu falo por mim, eu tenho que estudar em dobro, além de tirar uma nota boa pra provar pro sujeito que não me conhece que eu sou capaz. (Relato extraído da pesquisa de Bonfim, Mól e Pinheiro, 2021, p. 592).

O segundo estudo identificado de autoria de Guimarães, Borges, Petten (2021), objetivou estudar, com base no Modelo Social da Deficiência, as trajetórias escolares que levaram os estudantes com diferentes tipos de deficiência, cotistas, ao ingresso em uma instituição pública de educação superior a partir da metodologia História Oral, ou seja, dos depoimentos dos discentes com deficiência, que a universidade também se

caracteriza como um espaço de autoafirmação da identidade visto que tais estudantes passam a ser, corriqueiramente, vistos a partir da sua deficiência. Tal espaço possibilita o debate a respeito da temática, como também, ampliar os conhecimentos dos seus direitos, o que pode criar um sentimento de pertencimento ao ambiente universitário, mesmo com todos os entraves, considerando que não se percebia assim durante a educação básica:

Hoje aqui na faculdade eu convivo com essa ideia de deficiência física muito mais do que quando eu estudava no Ensino Fundamental e Ensino Médio. Porque as pessoas, elas olham para mim: É, eu acho que você entrou por reserva de vagas. [...]. Isso de acessibilidade e inclusão, foram coisas que eu comecei a ouvir mais aqui mesmo, no Ensino Superior. (J.) (Relato extraído Guimarães, Borges, Petten, 2021, p. 947).

A pessoa com deficiência é reconhecida, a princípio, pela imperfeição humana, cujo pensamento é marcado pela influência de uma concepção eugenista e do modelo biomédico da deficiência. Nesse sentido, podemos observar no relato acima que algumas pessoas entendem que a única possibilidade de um discente com deficiência ingressar numa instituição de Educação Superior, seria através da reserva de vagas. É possível afirmar que, além de uma tentativa de colocar em dúvida a capacidade da discente e a necessidade desse sistema como uma reparação histórica, camufla, ao nosso ver, as reflexões apropriadas para essa temática.

As reflexões seriam: Por que ainda é necessário um sistema de cotas para pessoas com deficiência? Será que a educação básica consegue suprir as necessidades específicas desses educandos para que concorram de igual maneira com pessoas sem deficiência no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)?

O que nos parece, por vezes, é que não perpassa no imaginário social que ter “disfunção corporal” não resulta diretamente na incapacidade de ocupar um lugar de prestígio social. “As pessoas com deficiência causam estranheza num primeiro contato, que pode manter-se ao longo do tempo a depender do tipo de interação e dos componentes dessa relação” (Silva, 2006, p. 426).

A partir desse cenário, consideramos urgente a descolonização dos corpos e a desconstrução de estereótipos negativos sobre pessoas com deficiência, para que de fato possam viver de maneira equânime em igualdade de oportunidades como as demais pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante análises e problematizações as quais emergiram da presente pesquisa, pudemos perceber que capacitismo e eugenia guardam uma relação direta criando desdobramentos nos mais variados ambientes da sociedade, inclusive acadêmico.

A partir das atitudes capacitistas, a qual é fundamentada por um imaginário social que vê imperfeição e deficiência como indissociáveis, desvela a corponormatividade compulsória da nossa sociedade, através da qual entende-se que o corpo com deficiência está fora da norma, e, por tal motivo, fadado à exclusão social e acadêmica, visto que, a partir dessa concepção, são incapazes de contribuir de forma significativa no desenvolvimento social.

Por consequência desse entendimento a respeito das potencialidades das pessoas com deficiência, estas são cotidianamente impedidas de desenvolver suas atividades em razão das inúmeras barreiras, as quais impedem o gozo de direitos essenciais para a uma vida equânime, e, tratando-se especificamente de educação superior de qualidade, do acesso, permanência, participação e aprendizagem, assim como os demais estudantes.

Com base nos relatos dos discentes os quais ecoam experiências de preconceito e discriminação na educação superior, é possível observar que existe uma compreensão de que pessoas com deficiência são impossibilitadas de gerar algum fruto positivo para a sociedade, ou seja, através de um prisma capitalista, tais sujeitos são improdutivos, sendo mínimas as chances de desempenhar, por exemplo, algum trabalho de destaque. O capacitismo ainda permeia as atitudes e comportamentos de membros da comunidade científica, sendo uma questão que demanda destaque especial nos debates

acadêmicos, bem como nos processos de formação docente para professores da Educação Superior a fim de minimizar os efeitos nocivos à vida das pessoas com deficiência.

Assim sendo, é indispensável incentivar a conscientização dos professores a partir de um esforço coletivo em transformar a universidade visando criar uma cultura inclusiva, onde qualquer universitário, independentemente de sua condição, tenha igualdade de oportunidades.

O desafio da inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior implica de um lado na construção da universidade como espaço social onde as diferenças estão presentes, o que enseja a elaboração de políticas institucionais que digam respeito a ampliação da participação destes nas ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas. Por outro lado, faz-se necessário a organização de programas de formação docente na Educação Superior que possibilitem práticas educativas menos segregadoras e preconceituosas.

Trata-se, portanto, de convocar a comunidade acadêmica a ampliar as discussões em torno da temática, colocando-se como agentes ativos no combate ao capacitismo e às concepções eugenistas ainda presentes em nossa sociedade. Afinal, a deficiência é uma questão social, e a universidade um espaço de todos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Rosiane Oliveira de.; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. Invisibilidade e opressões vividas por universitários com deficiência na educação superior. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 601–613, 2023.

ANDRADE, Sidney. **Capacitismo: o que é, onde vive, como se reproduz**. As gordas, 2015.

ANTUNES, Katiúscia. C. Vargas; AMORIM, Cassiano Caon. Os desafios da docência no ensino superior frente a inclusão de pessoas com deficiência nas universidades. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp2, p. 1465–1481, 2020.

ARAUJO, Rafaela dos Santos da Silva. Quando o capacitismo afeta o acesso e permanência de autistas e pessoas com deficiência no ensino superior. **Cadernos Macambira**, v. 7, n. 3, p. 152–158, 2023.

BEZERRA, Andreza Vidal; SILVA, Jenipher Alyssa de Lima; MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; VIANA, Flavia Roldan. Capacitismo, eugenia e educação superior: como entender essa relação?. Rev InCantare, Curitiba, v.21, p. 1-11, dez, 2024. ISSN 2317-417X.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BEZERRA, Andreza. Vidal; FARIAS, Adenize Queiroz de; MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. Estudos interseccionais da deficiência: experiências sexistas e capacitistas vivenciadas por uma estudante cega no ensino superior. **Rein-revista educação inclusiva**, v. 8, n. 2, p. 42-51, 2023.

BONFIM, Carolina Santos; MÓL, Gérson de Souza; PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. A (In)Visibilidade de Pessoas com Deficiência Visual nas Ciências Exatas e Naturais: Percepções e Perspectivas. **Revista Brasileira De Educação Especial**, Bauru, v. 27, e0220, p. 589-604, 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União [1996]. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=23/12/1996&totalarquivos=289>. Acesso em: 03 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 04 mai. 2020.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies, no meio da seleção natural ou a luta pela existência na natureza**. Trad.: Mesquita Paul 1 vol., São Paulo: USP, 2003.

DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. In: I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 2013, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: SEDPCD/Diversitas/USP Legal, Junho/2013, p. 1-14.

DI MARCO, Victor. **Capacitismo: o mito da capacidade**. Editora Letramento, 2021.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

DIWAN, Pietra. **Raça pura: a história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo Ed. Contexto, 2020.

FARIAS, Adenize. Queiroz de. **Trajetórias educacionais de mulheres: uma leitura interseccional da deficiência**. 2017. 138 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Maria Cecília Alvim G.; BORGES, Adriana Araújo Pereira; PETTEN, Adriana M. Valladão Novais Van. **Trajetórias de Alunos com Deficiência e as Políticas de Educação**

BEZERRA, Andreza Vidal; SILVA, Jenipher Alyssa de Lima; MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; VIANA, Flavia Roldan. Capacitismo, eugenia e educação superior: como entender essa relação?. *Rev InCantare*, Curitiba, v.21, p. 1-11, dez, 2024. ISSN 2317-417X.

Inclusiva: da Educação Básica ao Ensino Superior. **Revista Brasileira De Educação Especial**, v. 27, e0059, p. 935-952, 2021.

JR JANZ, Dones Cláudio. O valor da eugenia: eugenia e higienismo no discurso médico curitibano no início do século XX. **Cordis**: Revista Eletrônica de História Social da Cidade, n. 7, jul./dez. pp. 87-120, 2011.

LIMA, André Luís de Souza. Capacitismo e eugenia na educação brasileira: uma reflexão a partir de aproximações epistemológicas. **Revista PHILIA | Filosofia, Literatura & Arte**, v. 3, n. 1, p. 2-20, 2021.

LIMA, Eloisa Barcellos de.; FERREIRA, Simone De Mamann; LOPES, Paula Helena. Influências da eugenia na legislação educacional brasileira: as produções capacitistas na educação especial. In: GESSER, M. BOCK, G.; LOPES, P. H., **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, 2020, p. 165-188.

LIMA, Eloisa Barcellos de. **Eugenia**: Uma herança de supremacia da ciência médica e Biológica sobre a legislação brasileira à educação especial na primeira metade do século XX. 2015. 219 f. Tese (Doutorado em Epistemologia e História da Ciência) - Universidad Nacional de Tres de Febrero, Buenos Aires, Argentina, 2015.

MAGALHÃES, Rita De Cássia Barbosa Paiva; GUERRA, Eliana Costa.; SILVA, Renan Antônio. Estigma e identidade na vida de pessoas com deficiência: “alguma coisa está fora da ordem”?. **Revista De Estudos Interdisciplinares**, v. 2, n. 4, p. 47-64, 2021.

MENESES, Soraya Pacheco; GALASSO, Bruno. O desafio da implementação da educação profissional e tecnológica inclusiva para surdos: o percurso do Instituto Federal de Sergipe. **Revista Educação Especial**, v. 35, p. 1-19, 2022.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & saúde coletiva**, v. 21, p. 3265-3276, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, aprovada pela Assembléia Geral da ONU em dezembro de 2006. Disponível em:

[PESSOTI, Isaías. **Deficiência Mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192#:~:text=A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20com%20Defici%C3%Aancia%2C%20adotada,e%20para%20seu%20p%C3%BAblico%20destinat%C3%A1rio. Acesso em 8 jul. 2023.</p></div><div data-bbox=)

BEZERRA, Andreza Vidal; SILVA, Jenipher Alyssa de Lima; MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; VIANA, Flavia Roldan. Capacitismo, eugenia e educação superior: como entender essa relação?. *Rev InCantare*, Curitiba, v.21, p. 1-11, dez, 2024. ISSN 2317-417X.

SALES, Iago Henriques; TORRES, Josiane Pereira. Inclusão de estudantes com deficiência visual em uma Universidade Federal Mineira. **Revista Educação Especial**, v. 35, p. 1-23, 2022.

SANTOS, Rogério Alves dos; MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa P. **Vozes dos estudantes com deficiência intelectual: construção identitária e estigma**. Campos dos Goytacazes: Ed Encontrografia, 2019.

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica, Educação e Eugenia no Brasil (1911-1945). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 8, n. 4, p. 900–922, 2014.

SILVA, Luciene. M. da. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista Brasileira De Educação**, v. 11, n. 33, p. 424–434, 2006.

SILVA, Jackeline Susann Souza. Revisitando a acessibilidade a partir do modelo social da deficiência: experiências na educação superior. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 197-214, 2018.

SOUSA, Neide. Maria. Fernandes. Rodrigues; LIMA, Daniveia Cardoso. A inclusão no ensino superior: O que revelam as narrativas de estudantes com deficiência física. **Revista Contexto & Educação**, v. 38, n. 120, e10751, p. 1-17, 2023.

STANCIK, Marco. Antonio. **Entre a defesa e a regeneração: alternativas e opções para o aprimoramento da raça na década de 1920**. *Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes*, Ponta Grossa, v. 11, n.2 p. 21-36, dez. 2003.

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL REPENSANDO MITOS CONTEMPORÂNEOS, 2019, Campinas. **Anais [...]** Campinas: UNICAMP, v. 2, p. 16-25, ago. 2019.

Sobre os autores:

Andreza Vidal Bezerra é Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na linha Educação e Inclusão em Contextos Educacionais. Licenciada em Pedagogia com aprofundamento em Educação Especial pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Seu interesse de pesquisa centra-se nas Políticas Educacionais de inclusão e acessibilidade para os estudantes com deficiência no ensino superior. Possui publicações em livros, revistas e eventos científicos relacionados aos temas: Capacitismo, Estudos Feministas e interseccionais da deficiência. Além disso, desenvolve ações que contemplam a inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior.

Jenipher Alyssa de Lima Silva é Licenciada em Letras Libras/Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e mestranda em Educação do

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFRN). Vice-diretora do Grupo de Estudos e Educação em Libras da Associação de Surdos de Natal (ASNAT). As principais áreas de pesquisa são: Libras; Língua Portuguesa como L2; Educação Bilíngue de Surdos; Formação de professores no contexto da educação bilíngue.

Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães realizou estudos de Pós-Doutorado na Universidade do Estado do Pará (UEPA) no contexto do PROCAD- Amazônia. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará e Mestra em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é Professora Associada III da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no Centro de Educação. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, ambos da UFRN.

Flavia Roldan Viana é Fonoaudióloga (UNIFOR), Pedagoga (Universidade Estácio de Sá), Licenciada em Biologia (UECE), Especialista em Libras (UNIASSELVI), Especialista em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN). Mestre em Educação (UECE), Doutora em Educação Brasileira (Universidade Federal do Ceará - UFC) e Estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA) (UECE). É Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), vinculado ao Departamento de Práticas Educacionais e Currículo do Centro de Educação, atuante nas licenciaturas de Pedagogia e Letras/Libras, na área de conhecimento Didática e prática de ensino em Libras e Língua portuguesa como L2 para surdos, e nos Programas de Pós-graduação: Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEsp/UFRN), em que é coordenadora; no Programa de Pós-Graduação em Inovação em Tecnologias Educacionais (PPgITE) (IMD/UFRN) e no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) (CE/UFRN). Participa do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Informática na Educação (GIIfE) da UFRN, fazendo parte do Projeto Objetos de Aprendizagem para Matemática (OBAMA - obama.imd.ufrn.br) no qual lidera o GT OBAMA Care (Componente de Acessibilidade e Responsividade). Membro da Comissão especial do Congresso Brasileiro de Informática na Educação. Associada na Sociedade Brasileira de Computação (SBC). É membro do Conselho Científico da Revista Extensão Sociedade. É membro do Conselho Científico da Revista do Possidônio: periódico eletrônico do Campus Professor Possidônio Queiroz da Universidade Estadual do Piauí na cidade de Oeiras. Suas principais áreas de pesquisa e atuação são: Práticas pedagógicas inclusivas inovadoras; Formação docente no contexto da educação especial; Educação de surdos; e Acessibilidade comunicacional.